

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.636.062 - GO (2019/0376999-0)

RELATOR : **MINISTRO JORGE MUSSI**
AGRAVANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS
AGRAVANTE : EDMUNDO DE CARVALHO PINHEIRO - ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO
ADVOGADOS : ALBERTO ZACHARIAS TORON - SP065371
ALEX ARAÚJO NEDER - GO010501
RENATO MARQUES MARTINS - SP145976
BEATRIZ PERES OLMEDO - SP434361
AGRAVADO : NEY MOURA TELES
AGRAVADO : JULIO CÉSAR QUEIROZ E RABELO
ADVOGADOS : ANTÔNIO NABOR AREIAS BULHÕES - DF001465A
PEDRO IVO DE MOURA TELLES - GO034718

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por EDMUNDO DE CARVALHO PINHEIRO contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, que inadmitiu o recurso especial interposto.

Consta dos autos que os agravados foram condenados à pena de 4 (quatro) anos de reclusão, em regime inicial aberto, como incursos no art. 158, *caput*, do Código Penal.

Inconformados, a defesa e o *Paquet* interpuseram recursos de apelação perante a Corte de origem, que deu provimento aos recursos da defesa e negou provimento ao recurso do órgão ministerial, desclassificando a conduta para o tipo previsto no art. 345 do Código Penal e, ato contínuo, extinguindo a punibilidade pela decadência do direito de queixa pelo ofendido.

Apresentado o recurso especial, a insurgência não foi admitida por intempestividade, o que ensejou a interposição do respectivo agravo, no qual ressalta o agravante que o recurso é tempestivo, pois a oposição de embargos de declaração interrompe o prazo recursal.

Requer o conhecimento e provimento da insatisfação.

Instado a opinar, na condição de *custos legis*, o Ministério Público Federal manifestou-se pelo provimento da insurgência (e-STJ fls. 5.109-5.119).

É o relatório.

Apreciadas as razões do agravo em recurso especial e apesar dos fundamentos declinados pelo Tribunal de origem por ocasião do juízo de admissibilidade ali realizado, constata-se que a insurgência não merece provimento.

Ao inadmitir o recurso especial, o Tribunal *a quo* se manifestou nos seguintes termos (e-STJ fls. 4.926/4.927):

[...] Entretanto, não conhecidos os Embargos de Declaração de fls. 4.496/4.512 e 4.513/4.515, conforme acórdão de fls. 4.561/4.563v, estes deixaram de interromper o prazo para interposição de outros recursos, não impedindo, por conseguinte, o trânsito em julgado do acórdão embargado.

Assim, o Recurso Especial é intempestivo porque, publicada a intimação do acórdão que julgou a Apelação Criminal no

Superior Tribunal de Justiça

dia 09.08.18 (quinta-feira), conforme certidão de fl. 4.492, o prazo para sua interposição começou a fluir em 10.08.18, exaurindo-se em 24.08.2018 (sexta-feira). Todavia, a peça recursal foi protocolizada em 25.03.19 (fls. 4.569/4.582).

Ao teor do exposto, deixo de admitir o recurso, ante sua manifesta intempestividade.

Nesse contexto, o entendimento do Tribunal de origem está em consonância com a orientação jurisprudencial deste Sodalício de que os embargos de declaração quando não conhecidos não ensejam a interrupção do prazo para a interposição do recurso especial.

A propósito (destaques acrescidos):

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. RECURSO ESPECIAL INTEMPESTIVO. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

I - É consolidada a jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça no sentido de que os embargos de declaração, quando não conhecidos por intempestividade, não interrompem ou suspendem o prazo para interposição de outro recurso. Precedentes.

II - No caso dos autos, o v. acórdão de julgamento da apelação foi considerado publicado em 20/02/2019. A petição de embargos de declaração, porém, só foi protocolada em 25/02/2019, quando já esgotado o prazo legal de 2 (dois) dias, preconizado no art. 619 do Código de Processo Penal.

Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 1597946/DF, Rel. Ministro LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE), QUINTA TURMA, julgado em 11/02/2020, DJe 19/02/2020)

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PENAL E PROCESSUAL PENAL. USURPAÇÃO DE BENS DA UNIÃO. CONTAGEM DO PRAZO RECURSAL. ÔNUS DA PARTE. EMBARGOS INFRINGENTES INTEMPESTIVOS. AUSÊNCIA DE INTERRUPTÃO OU SUSPENSÃO DO PRAZO RECURSAL. INTEMPESTIVIDADE DO APELO NOBRE. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. A contagem correta dos prazos recursais, nos termos definidos pela legislação processual, é ônus exclusivo da parte recorrente, de modo que a data eventualmente sugerida pelo sistema processual eletrônico não o exime de interpor o recurso no prazo previsto em lei. 2. O termo final do prazo recursal não está vinculado à data apresentada pelo sistema de peticionamento, competindo exclusivamente ao recorrente verificar se a referida data é adequada ou não à espécie processual por ele pretendida.

3. A interposição de recurso intempestivo não tem o condão de interromper ou suspender a contagem do prazo para a interposição do recurso subsequente, cujo período recursal continua a fluir normalmente. Assim, os embargos infringentes intempestivos não interromperam o prazo para a interposição do recurso especial, que fluiu normalmente desde a data da intimação do julgamento da apelação.

4. A ausência de oposição tempestiva dos embargos infringentes

Superior Tribunal de Justiça

atrai a incidência da Súmula n.º 207 do Superior Tribunal de Justiça: "É inadmissível recurso especial quando cabíveis embargos infringentes contra o acórdão proferido no tribunal de origem".

5. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no REsp 1.844.900/RS, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 17/12/2019, DJe 04/02/2020)

PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS INFRINGENTES NÃO CONHECIDOS NA ORIGEM. INTERRUÇÃO OU SUSPENSÃO DE PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO DO RECURSO ESPECIAL. NÃO OCORRÊNCIA. INTEMPESTIVIDADE DO APELO NOBRE.

1. A jurisprudência desta Corte Superior de Justiça é no sentido de que os embargos infringentes não interrompem o prazo para a interposição de outro recurso quando não conhecidos em razão de seu não cabimento.

2. Agravo regimental não provido.

(AgRg no REsp 1737137/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 23/08/2018, REPDJe 18/10/2018, DJe 29/08/2018)

Ante o exposto, **conheço do agravo e não conheço do recurso especial**, nos termos do art. 34, VII, c/c o art. 253, parágrafo único, I, ambos do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Publique-se. Intimem-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Brasília (DF), 24 de março de 2020.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator